

## Opinião

Valor  
ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

**Diretor de Redação:** Celso Pinto**Diretores Adjuntos de Redação:** Carlos Eduardo Lins da Silva e Vera Brandimarte**Conselho Editorial:** Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Flávio Pestana, João Roberto Marinho, Luís Frias, Luiz Eduardo Vasconcelos, Merval Pereira, Otavio Frias Filho

# A modéstia dos números e o emprego consistente

**A** economia brasileira acaba de consolidar uma importante conquista para colocar o país, sim, na rota do crescimento sustentado. Salvo, é claro, desastres — como a perda prolongada sobre o controle das cotações internacionais do petróleo ou o hard landing da economia americana, até aqui improváveis — a criação de 18.064 postos de trabalho na indústria paulista, entre janeiro e agosto deste ano, é um excelente indicador. Em números absolutos, trata-se de uma vitória de pirro. E de um acréscimo de apenas 1,13% sobre o patamar de dezembro passado. O ganho está na expansão lenta, mas consistente do emprego ao longo de oito meses, feito obtido pela primeira vez durante o Plano Real; na perspectiva de que tal tendência se mantenha pelos próximos 12 meses; e na capacidade de irradiação que São Paulo continua exercendo sobre o crescimento da economia nacional, ativando outros Estados.

A empregabilidade traz outra boa notícia, extraída da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita pelo Sistema de Análise de Dados (Seade), consolidadas mensalmente. Como escreveu o economista e colunista do Valor, Marcelo Neri, na edição de ontem, a renda total da parcela pobre da população — aí incluídas fontes alternativas ao trabalho — cresceu 4,4% ao ano em todo o país no período de outubro de 1996 a outubro do ano passado. Nesse intervalo, a renda total dessa mesma faixa social, aumentou em 6,2% no conjunto de áreas não-metropolitanas. Esses números espelham uma trajetória importante que está se esboçando. O fechamento de postos de trabalho no campo, por conta da mecanização, vem sendo compensado, em parte, pela renovação e atualização da atividade agrícola tradicional e pela criação de empregos na área de serviços. Esse rearranjo ainda sutil da economia tem contribuído, por enquanto timidamente, para conter três importantes problemas nacionais: migração para as grandes centros,

desemprego nacional e a baixa renda.

A criação de empregos formais em São Paulo contribuiu para o incremento desses núcleos de economia e trabalho não-metropolitanos. Está a anos luz de resolver, porém, o obstáculo da centralização industrial, que, apesar da predatória guerra de incentivos fiscais travada entre Estados nos últimos anos, mantém-se, prejudicando uma melhor distribuição de emprego e renda. Um estudo feito pelos professores Thompson Andrade e Rodrigo Serra, das universidades Estadual do Rio de Janeiro e Federal Fluminense, respectivamente, mostra que não mudaram, nos últimos 25 anos, as 467 cidades que, em 1975, respondiam pela produção de 80% do PIB nacional. Apesar das alterações no perfil da economia e de o número de municípios ter aumentado de cerca de 3,9 mil para os atuais 5.507 nesse período. A despeito da recente guerra travada entre governadores, o trabalho mostra que ainda há muitíssimo por fazer, além de pôr a economia nos trilhos, pela geração de emprego. Em 1975, São Paulo e Rio de Janeiro respondiam por 39% do PIB, fatia que encolheu apenas cinco pontos percentuais em duas décadas e meia.

Mudar esse quadro é tarefa que ainda cabe ao Estado desenvolver por intermédio de instrumentos adequados, entre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A possibilidade de criar empregos tem sido um dos critérios do banco oficial para a aprovação de projetos e liberação de recursos, que este ano devem ultrapassar R\$ 24 bilhões — dos quais, uma boa parte destinada ao setor de serviços, reconhecido gerador de empregos e por onde a economia tem se expandido com vigor. Também por conta da função de indutor de desenvolvimento econômico e social, o BNDES deve implantar efetivamente o conceito de governança corporativa como ferramenta de trabalho. É preciso transformá-la em instrumento capaz de gerar empregos para compensar os 2,4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada cortados entre 1991 e 1999 e evitar que a expressão se transforme em mais um modismo econômico.